



2.º PUBLICADO NO D. O. U.
De 07/02/1994
C
C
C
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo N.º 13707-000.989/91-84

Sessão de 24 de março de 1993

ACORDÃO N.º 202-05.651

Recurso n.º 89.382

Recorrente ALFREDO LEOPOLDO WELP

Recorrida DRF NO RIO DE JANEIRO - RJ

ITR - Não tendo sido devidamente comprovada a alegada venda do imóvel, continua o contribuinte a ser havido como proprietário do mesmo, respondendo por todos os seus encargos. Recurso a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ALFREDO LEOPOLDO WELP.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1993

HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - Presidente e Relator

JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 27 AGO 1993, Ao PFN, Dr. GUSTAVO DO AMARAL MARTINS, ex-ví da Portaria PGFN nº 483, DO de 04/08/93.

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, JOSÉ CABRAL GAROFANO, TERESA CRISTINA GONÇALVES PANTOJA, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO e TARÁSIO CAMPELO BORGES.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo № 13707-000.989/91-84

Recurso №: 89.382
Acordão №: 202-05.651
Recorrente: ALFREDO LEOPOLDO WELP

R E L A T Ó R I O

ALFREDO LEOPOLDO WELP, através do certificado de cadastramento e guia de pagamento do ITR/90 (fls. 09), foi intimado a recolher a importância de Cr\$ 316,49, relativa ao imóvel cadastrado sob o nº 520012008605-4, com área total de 4,9 ha, de sua propriedade.

Impugnando o feito a fl. 01, o contribuinte declarou que o imóvel foi vendido ao Sr. Haroldo Lima Costa, no ano de 1986.

Na informação técnica de fls. 08, o INCRA propôs o indeferimento da impugnação, em razão de o contribuinte não ter apresentado os documentos comprobatórios da venda do imóvel em questão.

Em decisão de fls. 09, a Autoridade Julgadora de Primeira Instância, considerando os termos da referida informação técnica, julgou improcedente a impugnação, para declarar devido o crédito tributário lançado na notificação de fls. 02.

Em tempo hábil, o contribuinte apresentou a este Conselho, à guisa de recurso, o expediente de fls. 18, onde declara haver vendido o referido imóvel, conforme atesta o documento anexado a fls. 14/16.

É o relatório.

SERVICO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 13707-000.989/91-84

Acórdão nº 202-02.651

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS

Como se pode observar, o Documento de fls. 14/16 trazido pelo contribuinte não prova, em absoluto, a alegada venda do imóvel, o que só aconteceria com a juntada aos autos de cópia da escritura de compra e venda, devidamente registrado no cartório de imóveis.

Desse modo, enquanto não for comprovada a referida venda, continua o contribuinte a ser havido como proprietário do imóvel, respondendo por todos os seus encargos.

Nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1993

HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS